UNIDADE IV

Labirintos do fim de século (1973-1989)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- A sociedade urbano-industrial e as questões ambientais
- Os desafios de um mundo globalizado
- A nova ordem política dos Direitos Humanos

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - A crise do petróleo e a questão ambiental
- SEÇÃO 2 - A queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria (1989-1991)
- SEÇÃO 3 - Uma nova era para os Direitos Humanos
- SEÇÃO 4 - O fim do apartheid na África do Sul

UAB UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Os 25 anos de crescente recuperação e de prosperidade econômica no ocidente e de rápido desenvolvimento industrial, tecnológico e científico na URSS alcançaram a década de 1970 anunciando mudanças sociais e na política mundial. Entre 1945 e 1973 houve um redesenho na geopolítica internacional. A independência da Índia, a revolução comunista na China, a conferência de Bandung, a revolução cubana, a emancipação política das colônias européias na África, entre outros acontecimentos marcantes, trouxeram para o centro do debate a problemática do desenvolvimento econômico.

Na primeira metade da década de 1970 as mudanças na base tecnológica, na organização e na administração dos negócios, cada vez mais em escala planetária, mostraram-se alheias e indiferentes aos interesses e necessidades das sociedades nacionais e de suas instâncias políticas. A ação das grandes corporações empresariais, dotadas de poder de investimento, especulação e absorção de mão de obra, contornava e enfrentava direitos sociais e convenções políticas sem nenhum constrangimento. As "multinacionais", como ficaram conhecidos esses conglomerados, impunham condições, exigiam infraestrutura, garantia de lucros e incentivos fiscais, matérias-primas subsidiadas e subordinação dos trabalhadores aos ritmos, salários e interesses das empresas.

A autonomia de ação que as multinacionais adquiriram nesse período resultava de inovações tecnológicas e gerenciais nas esferas da produção fabril, como a robótica e a eletrônica, e da administração de negócios, recorrendo aos modernos meios de comunicação e à expansão da rede e da capacidade de transportes internacionais. A ampliação do poder das empresas perante a opinião pública, os sindicatos e demais instituições foi acompanhada do enfraquecimento progressivo do papel do Estado na vida econômica e social das nações.

Na esfera política, a década de 1970 correspondeu ao desmantelamento do Estado de bem-estar social, sobretudo na Europa. Neste, a redistribuição da riqueza era promovida sob a forma de políticas e de serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura, transporte, lazer e cultura. O estrangulamento financeiro do Estado, denominado de

"crise fiscal" pelos economistas liberais e críticos do modelo que vigorava desde o fim da guerra, desencadearia uma crise social sem precedentes, marcada pela fome, criminalidade, violência, desemprego e pobreza, da qual o mundo se ressente até os dias atuais.

SEÇÃO 1
A CRISE DO PETRÓLEO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Desde os anos 1960, a ONU demonstrou interesse e empenho político em promover a integração dos novos países da África nas relações internacionais. O debate sobre a participação dos países pobres e em via de desenvolvimento econômico e o papel que caberia ao Estado, particularmente no Terceiro Mundo, foi constante ao longo da década de 1970. Alguns episódios viriam conturbar essa busca de alternativas.

Inicialmente devemos considerar os dois choques provocados pelo aumento dos preços do petróleo pelos países exportadores, em 1973 e 1979. A demanda crescente no mercado internacional e a dependência das economias ocidentais deste insumo energético motivaram a elevação dos preços. O freio no consumo mundial de petróleo serviu como um alerta para os riscos dessa dependência e reorientou a geopolítica ocidental quanto aos conflitos no Oriente Médio, principal área exportadora do planeta. A alta de preços também inibia o desenvolvimento econômico dos países pobres e dependentes dessa fonte de energia para movimentar a produção econômica e o transporte de mercadorias.

As mudanças na esfera da produção e da administração de indústrias e dos bancos proporcionadas pela revolução da microeletrônica contribuiriam para alavancar a sua produtividade e lucratividade, ampliando o fosso que separava as economias desenvolvidas das demais. Sem condições de competir, os países do Terceiro Mundo recorreram ao endividamento externo, tornando-se

reféns dos credores internacionais: juros, medidas fiscais, prazos, novos empréstimos e moratórias.

Estes fatores combinados – o elevado custo da energia do petróleo e o incremento dos ganhos nas grandes empresas – concentrando a renda e as oportunidades de trabalho em poucos países, desaguaram em aguda recessão econômica mundial. Os anos 1980-1982 assistiram ao colapso final do "Estado de bem-estar social", inspirado nas ideias do economista John Maynard Keynes, pelo qual se procedia a uma redistribuição dos saldos do desenvolvimento econômico.

Os novos valores sociais e debates políticos foram propagados pelo ideário do neoliberalismo. Na Inglaterra conservadora da primeira-ministra Margareth Thatcher e na administração do republicano Ronald Reagan, nos EUA, o foco das atenções do Estado deveria recair sobre os indivíduos e não mais sobre o conjunto da sociedade. Durante mais de uma década o receituário neoliberal apregoou, com surpreendente sucesso, a retirada do Estado da esfera econômica e do provimento de serviços essenciais, como saúde e educação, moradia e assistência social.

A nova agenda política liberal trazia uma forte carga conservadora. A cultura anglo-saxônica foi alardeada como a liderança civilizatória sob o lema *wasp* (white = branca; anglo-saxônica e protestante). A língua e cultura inglesa predominaram nos meios de comunicação, informação e na publicidade. O hedonismo individualista e o consumo tornaram-se os novos dogmas ocidentais, regidos pelas ideias de eficiência e excelência do mercado sobre as práticas consideradas obsoletas e ineficazes do setor público e da solidariedade social.

O bloco soviético e os países do leste europeu não se recuperaram do período recessivo da primeira metade da década de 1980. Na Polônia o sindicato livre Solidariedade desafiava o governo e a polícia em defesa da melhoria das condições de vida e trabalho, motivando um golpe de Estado, em dezembro de 1981. A invasão e a ocupação militar do Afeganistão pelo exército soviético, em 1979, sangravam o orçamento da URSS em momento financeiro bastante abalado pela recessão econômica. Depois de prolongado imobilismo político de sucessivos dirigentes, Mikhail Gorbatchov assumiu o governo da URSS. Ele tentaria desesperadamente recuperar a economia do bloco socialista adotando medidas de cunho reformista na vida política e

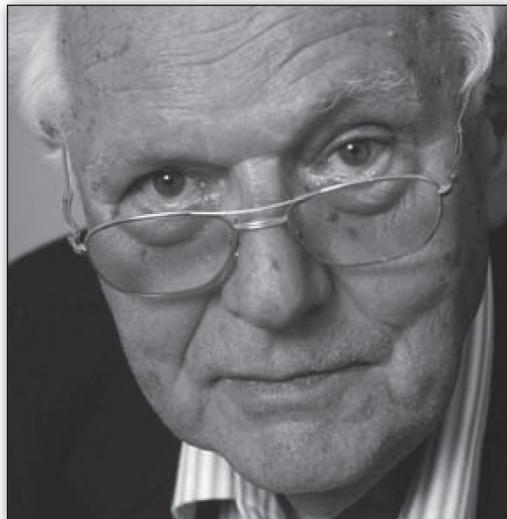
na ação do Estado. Foi a era da *glasnost*, palavra russa que designa "transparência". Em março de 1985 foi liberado e estimulado o exercício da crítica às ações do partido comunista e do governo. Houve também a tolerância diante do ressurgimento da religião, proscrita do cotidiano. O fim do partido único, em julho, e abolição da censura, em outubro de 1990, completavam o quadro das principais mudanças políticas.

No âmbito da economia, em fevereiro de 1986 foi adotada a *perestroika*, palavra russa que significa "reconstrução". A democracia e o socialismo seriam os objetivos finais do projeto reformador de Gorbatchov. Ele deveria ser completado pelas iniciativas nas relações internacionais, como a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em 1989, e os planos de redução dos arsenais nucleares. Em agosto de 1991, uma tentativa fracassada de golpe de Estado, em Moscou, liquidou o projeto de reformas da URSS, enfraquecendo politicamente o governo central e abrindo espaço para novas lideranças, como a de Bóris Yeltsin.

No plano internacional a década de 1990 seria marcada por um consenso conformista e derrotista na vida social. Impunha-se na opinião pública um pensamento único: o das ideias liberais. A prática política foi orientada pela retórica dos indivíduos, suas opções de consumo, a livre circulação de mercadorias, de informações e da mão de obra. Os efeitos da onda neoliberal e do conservadorismo social e político não tardaram em despontar em todas as partes do globo, ganhando maior visibilidade nas metrópoles e nas grandes cidades do ocidente e do oriente. O aumento vertiginoso da degradação do meio ambiente, miséria, violência, criminalidade, desemprego, concentração de renda, instabilidade financeira, tráfico de drogas, desigualdade social foram o preço da chamada globalização da economia e da nova ordem internacional surgida depois da Guerra Fria.

As incertezas diante do futuro voltaram a assombrar o mundo que estivera ordenado pela divisão em dois grandes blocos ideológicos. A ausência de mecanismos públicos de controle e de qualquer tipo de planejamento social ampliou a insegurança quanto aos destinos no planeta. Os novos padrões tecnológicos de produção econômica também multiplicaram os efeitos nocivos das alterações ambientais, como atestam as mudanças climáticas e as ameaças de epidemias globais.

Fenômenos como o aquecimento global, o efeito estufa e as novas epidemias, na opinião do economista Ignacy Sachs, "exigem ser tratados em escala planetária". Uma vez mais a história contemporânea apresenta-se ao historiador como história mundial. Bastaria lembrar a sabedoria dos indianos, nas palavras de Mahatma Gandhi, para quem a capacidade de autolimitação das nossas necessidades é possível e recomendada. A interrogação pode ser desdobrada: para nós ocidentais, quanto é considerado o suficiente? Foi a simplicidade voluntária na autolimitação de suas necessidades que possibilitou aos indianos prover a sua existência com técnicas rudimentares e ancestrais ao longo de séculos.

As décadas de 1970 e 1980 trouxeram para o debate internacional a problemática do meio ambiente e a sua estreita vinculação com aquelas do desenvolvimento econômico. Uma vez mais a Organização das Nações Unidas tomou a iniciativa de convocar uma reunião mundial de líderes e governos para discutir a economia e o ambiente humano. Foi a Conferência de Estocolmo, ocorrida na capital da Suécia, em junho de 1972.

Ignacy Sachs é um "ecossocioeconomista" que defende uma economia igualitária e sustentável. (http://www.bourin-editeur.fr/auteur/ignacy-sachs.html)

Na referida conferência, as divergências entre economistas e planejadores foram frontais, dividindo as opiniões. Houve quem defendesse o crescimento econômico indiscriminado e aqueles adeptos de uma moratória no crescimento econômico. Antes da conferência os debates haviam convergido para propostas intermediárias que buscavam combinar o desenvolvimento econômico com as expectativas sociais e do meio ambiente. Ela seria a marca dessa primeira reunião da comunidade internacional sobre o tema. A Conferência de Estocolmo deliberou também a criação de um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e estabeleceu sua sede central em Nairóbi, no Quênia. Foi a primeira vez que um programa de alcance mundial instalou-se na África, contando com o apoio do Terceiro Mundo e da própria ONU.

Desses encontros em Estocolmo surgiu uma nova palavra no vocabulário econômico e das relações internacionais: o ecodesenvolvimento. Ela foi lançada pelo secretário de organização daquela conferência, o canadense Maurice Strong. Nos anos seguintes, foram muitas as tentativas para dar a ela significados e conteúdos precisos. A noção corresponderia, segundo recorda Sachs, em seu livro de memórias, *A terceira margem,* uma "estratégia de desenvolvimento a longo prazo, baseada na valorização dos recursos renováveis, financiada pelos royalties de um recurso esgotável", como o petróleo.

Essa perspectiva contribuiu para despertar a ira política de grandes potências, como os EUA, país que considerava que o PNUMA deveria ocupar-se tão somente dos problemas relativos à poluição e não do desenvolvimento, das transferências de tecnologia e busca daquelas apropriadas aos diferentes ambientes. Somente com a reunião da Cúpula a Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, o tema do desenvolvimento e o do meio ambiente voltaram a ser considerados de maneira associada no debate internacional. Em seu livro *Estratégias de transição para o século XXI*, Ignacy Sachs fornece a tônica dos debates e dos desafios presentes naquela nova conferência. O fato é que entre 1972 e 1992 muitos países dariam atenção aos temas ambientais, adotando legislação pertinente e criando órgãos técnicos e administrativos para essa área, obtendo grande efeito na mídia.

O início dos anos 90 foi marcado pela ascensão das ideias do neoliberalismo, como visto anteriormente. A articulação do social e do ambiental foi solapada pelas ideias da concorrência, da redução do papel do Estado e da privatização dos serviços públicos. Contudo, a administração de recursos como energia, água e o destino do lixo e dos rejeitos industriais tornaram-se um problema crescente na vida urbana e na gestão política das cidades. A necessidade de políticas para o meio ambiente, hoje, é inquestionável. O estabelecimento das reservas da biosfera, cridas sob a orientação da UNESCO, deveria cumprir um papel experimental, particularmente, em áreas densamente ocupadas e urbanizadas, como a região metropolitana de São Paulo.

SEÇÃO 2
A QUEDA DO MURO DE BERLIM E O FIM DA GUERRA FRIA (1989-1991)

As tensões políticas e diplomáticas que povoaram o noticiário, entre 1979 e 1986, nos permitem classificar o período como uma segunda Guerra Fria. A corrida armamentista, incentivada pelo presidente norte-americano Ronald Reagan, lançou a URSS em um beco sem saída econômico. Sem fôlego financeiro, o bloco comunista viu-se na contingência de prolongar sua estratégia de planejamento estatal centralizado e a manutenção dos gastos militares em escala crescente, no período de governo de Leonid Brejnev e, depois, sob Yuri Andropov e Konstantin Tchernenko. Os dois últimos lideraram o bloco comunista entre 1982 e 1985. A ruína política não tardou a alcançar o mundo do socialismo. O desmoronamento dos regimes do bloco soviético foi rápido e o debate ideológico foi acirrado, a partir de junho de 1989, quando a polícia chinesa repreendeu violentamente as manifestações pela democratização do país na praça Tien An Men, no centro da capital, Pequim. Ao esboroamento do comando político do Partido Comunista da União Soviética sucederam-se inúmeras revoltas de caráter nacionalista nas ex-repúblicas que integravam a URSS.

Na leste da Europa a queda do muro de Berlim foi o fato mais emblemático do fim da Guerra Fria e da era do socialismo soviético. Houve comemoração e festas na derrubada do muro que separou os berlinenses durante quase trinta anos. A imprensa ocidental cobriu com fartura de imagens e de correspondentes internacionais as manifestações populares e as reações políticas nas diferentes partes do mundo.

Multidão aglomerada na queda do muro de Berlim, 1989. (Fonte: PUC/RJ - www.ccpg.puc-rio.br/70anos/node/add/comment/445)

Na avaliação do historiador francês Marc Ferro, o muro de Berlim teve um duplo significado. Inicialmente a construção e a existência do muro, erguido para deter a fuga de berlinenses e de alemães orientais para o ocidente, foi um dos mais emblemáticos símbolos da Guerra Fria e da luta ideológica entre os mundos capitalista e comunista, ancorada na ideia da busca da liberdade. Já a derrubada do muro, em novembro de 1989, foi o ato simbólico que anunciou o fim do comunismo e das divisões da Alemanha e da Europa. A força dos fatos, a construção e a queda do muro de Berlim, diz Marc Ferro, evidenciam um longo e lento processo de paralisia do sistema político soviético na Europa oriental e na própria URSS. É preciso discernir as duas faces desse processo, como ele ocorreu na URSS e nos países que integraram a aliança militar do leste, o Pacto de Varsóvia.

Para sua melhor compreensão, é necessário atentar para a centralidade que a *perestroika* assumiu em tal processo. Esta iniciativa governamental abriu as portas para o desmoronamento do regime soviético ao possibilitar que se constituíssem núcleos de contrapoder na sociedade. A *perestroika* trouxe o fim das intervenções políticas e militares de Moscou nos países do leste europeu. Aos habitantes da URSS a política reformista apresentou a liberdade de expressão, a ampla renovação dos quadros dirigentes do partido comunista, o fim dos internamentos dos críticos e dissidentes em campos de concentração e em clínicas psiquiátricas. Os idealizadores das reformas não atentaram para os problemas que representavam as nacionalidades na organização das repúblicas soviéticas. O fato marcaria a década de 1990 pelos violentos conflitos nacionalistas em muitas daquelas regiões.

A situação econômica da URSS, na década de 1980, era de estagnação e de crise no sistema de abastecimento alimentar e de insumos básicos para a produção industrial. Os próprios dirigentes soviéticos procuravam escapar às determinações criadas por eles mesmos, obtendo privilégios que lhes permitiam contornar a escassez de bens, serviços e produtos, o controle estatal na circulação de pessoas, a censura dos meios educacionais e culturais, a vigilância constante do cotidiano dos cidadãos. Este regime político fechado seria abalado pelas disputas internas pelo poder.

A *perestroika* buscou contrabalançar as rivalidades partidárias e palacianas com a livre organização e manifestação da sociedade e a busca

de transparência nas ações governamentais. As forças políticas que ela liberou liquidariam o próprio grupo reformista, espremido entre os que desejavam acelerar o processo de mudanças e aqueles que pretendiam detê-lo ou, até mesmo, revertê-lo. O fracassado golpe de Estado, em agosto de 1991, deu a vitória aos primeiros opositores. Em dezembro daquele ano, Gorbatchov renunciou, já que a URSS fora reduzida a uma formalidade jurídica negada, na prática, pelo esfacelamento político e a autonomia administrativa e diplomática das antigas repúblicas soviéticas. O fim da URSS resultou de acontecimentos desencadeados a partir das altas esferas de poder e da ação dos governantes na promoção de reformas econômicas.

Nos demais países do bloco soviético, ao contrário da URSS, o protagonismo político nas mudanças coube à própria sociedade, conforme demonstraram as análises do historiador britânico Timothy Garton Ash, no livro *Nós, o povo*. Desde a instauração dos regimes comunistas, após a II Guerra Mundial, as críticas e a oposição ao modelo soviético eram vigiadas, controladas e reprimidas pela ação do Estado, as forças militares e diplomáticas de Moscou, do Pacto de Varsóvia e dos partidos comunistas nacionais. A cronologia dos eventos no mundo do socialismo real, que vigorou na Europa oriental e na URSS, não deixa dúvidas quanto à resistência que os regimes comunistas enfrentavam na sociedade civil, no Estado e nos partidos. As denúncias públicas de campos de concentração de prisioneiros políticos na URSS (1949), a revolta na Alemanha oriental (1953), o relatório Kruschev, condenando a ação política e a repressão sistemática no período de Stálin (1956), os levantes na Hungria (1956), a ruptura ideológica e diplomática com a China (1960), a literatura do russo Alexander Soljenitsin (a partir de 1962), a primavera de Praga (1968), entre outros, foram alguns dos sintomas evidentes da insatisfação e da tensão nas relações entre Estado, partidos comunistas e a sociedade na era soviética. Em 1980, as greves nos estaleiros de Gdansk, na Polônia, deram origem ao sindicato independente Solidariedade. Abriu-se uma nova onda de críticas e contestações ao modelo soviético que, desta vez, teve que enfrentar também as declarações diretas e favoráveis aos grevistas feitas pelo papa João Paulo II, nascido e criado na Polônia.

Na atualidade a memória do comunismo não desapareceu. Os antigos dirigentes operaram uma metamorfose política capaz de assegurar-lhes

a sobrevivência e o retorno ao poder em eleições nem sempre livres, transparentes e democráticas. Na opinião de Marc Ferro, hoje, esta memória hospeda-se tanto na recusa ao capitalismo e suas mazelas – desemprego, concentração de renda, má qualidade dos serviços públicos, baixos salários – quanto no ressentimento de grupo e segmentos sociais preteridos e derrotados na nova ordem política e econômica em moldes ocidentais. Ambos aspiram assumir os governos e as estruturas de poder nas antigas repúblicas soviéticas e da Europa oriental.

A década de 1990 transcorreu sob o signo da globalização e das ideias de livre mercado. Analistas argutos, como o francês Raymond Aron, costumavam dizer que a libertação das mulheres no século XX tinha importância maior do que as outras mudanças na sociedade. A redução do número de filhos seria o seu primeiro efeito, como reflexo da busca de melhores condições de vida para eles. Já o historiador britânico Eric J. Hobsbawm arriscou dizer que, no futuro, talvez, o século XX seja lembrado antes como marco na degradação ambiental do planeta do que pelas disputas políticas e ideológicas a que assistiu. Elas teriam um destino semelhante, na historiografia, ao das sangrentas guerras de religião na Europa do século XVI.

SEÇÃO 3
UMA NOVA ERA PARA OS DIREITOS HUMANOS

O estabelecimento e a promoção dos Direitos Humanos são temas da história contemporânea. Eles surgiram a partir dos ideais das revoluções liberais do século XVIII e do século XIX na Europa e na América. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas, em dezembro de 1948, foi o documento mais sistemático para sua efetivação. Ela foi votada, naquela ocasião, por 56 estados, sendo aprovada por 48 deles e recebeu seis abstenções. Na esfera da política e do direito internacional o tema dos Direitos Humanos adquiriu presença crescente, sobretudo após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra

Fria, em 1989. A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, colocou a Declaração em evidência no novo cenário mundial, apontando para a tendência histórica de constituição de uma ordem jurídica mundial e da integração dos direitos.

Na história política, o exercício do poder, a relação entre governantes e governados, é o centro articulador de inúmeros outros objetos de estudos, como as eleições, agremiações, lideranças, legislação, instituições, ideias e pensamento, a paz e a guerra entre as nações. Na época moderna, observamos uma inversão histórica nas relações políticas entre o Estado e a sociedade, em favor desta última. Trata-se do desenvolvimento das teorias individualistas que valorizam os direitos dos cidadãos e a democracia, o governo da maioria e legitimamente instituído. O poder político deveria proceder de baixo para cima, da sociedade para o Estado e o soberano, não o contrário, como se observara até então.

O cientista político italiano Norberto Bobbio (1909-2004) lembrava que os direitos políticos, em geral, e os direitos humanos, em particular, foram propostos em determinados momentos da história do ocidente. Ambos são decorrências das lutas pelas liberdades e contra a opressão, a exploração, a violência e a discriminação, da sociedade ou do Estado, expressando, antes, aspirações e ideais do que a sua materialização efetiva, dependente sempre de condições sociais e institucionais. Como fatos históricos, a formulação e a adoção desses direitos foram se produzindo ao longo do tempo, a partir de expectativas políticas e experiências concretas de sua realização e privação.

A tecnologia na destruição em Hiroshima e Nagasaki, nos campos de batalha e de concentração na Europa, alimentou a crítica social e a luta pela preservação da vida. A Declaração Universal dos Direitos Humanos constituiu uma resposta a essas atrocidades e foi um instrumento ético e político para evitar novas atrocidades. Nessas definições de direitos foram decisivos também os ideais das revoluções norte-americana e francesa, no século XVIII, a expansão dos direitos sociais e políticos ao longo dos séculos XIX e XX, o surgimento da Organização das Nações Unidas, as críticas ao regime segregacionista do *apartheid* na África do Sul, as manifestações das mães da Praça de Maio contra a tortura e a repressão política na Argentina, as campanhas pela defesa da Amazônia e suas populações indígenas, no século XX, entre outras mobilizações

da sociedade e da opinião pública mundial. Uma série de documentos, textos, declarações, conferências, tratados, tribunais, órgãos técnicos e organizações multilaterais (Cruz Vermelha, OIT, OEA, UNICEF, UNESCO, FAO) surgiram em diferentes épocas como formas de orientar, garantir e promover os direitos humanos, acompanhando a universalização do comércio, da política, das manifestações artísticas e culturais.

No final do século XX surgiram novas reivindicações de direitos universais em decorrência das transformações que a sociedade industrial e as inovações da tecnologia disseminaram pelo mundo afora. São os chamados direitos de quarta geração, coletivos, da humanidade em seu conjunto. As gerações anteriores de direitos recobriram: 1º) os direitos civis (cidadania, liberdade de expressão, locomoção e de pensamento); 2º) os direitos sociais (jornada de trabalho, férias e descanso semanal, assistência social, greve, associação sindical); 3º) direitos políticos (autodeterminação dos povos, a votar e ser votado, o Estado atuando na garantia das liberdades dos cidadãos).

Os direitos de 4ª geração recobrem aqueles direitos comuns à vida humana (existência, bem-estar e qualidade de vida, proteção, dignidade, amparo). A sua afirmação é uma necessidade derivada dos riscos e das ameaças surgidas após a II Guerra Mundial: de fim do colonialismo europeu; da era nuclear; da ação predatória de empresas multinacionais, indiferentes às condições sociais e ambientais nos países em que desenvolvem suas atividades; das guerras regionais; da destruição do patrimônio histórico, cultural e natural; da proteção da infância, mulheres, idosos e juventude. Já em 1959, surgiria a Declaração dos Direitos da Criança. A promoção dos direitos humanos está intimamente vinculada à questão da democracia. Em países sem tradição de universalização de direitos, da cidadania e das liberdades, como na América Latina e no Brasil, as campanhas pelos direitos humanos foram um meio de fazer política, resistir às sangrentas e cruéis ditaduras e de criticar as formas autoritárias e opressivas de exercício de poder na vida social, profissional e governamental. O fortalecimento da sociedade civil, a ação das universidades e de pesquisadores, a democratização da informação proporcionada pelos novos meios de comunicação têm contribuído para o estudo, a documentação, a denúncia de violações e a propagação de práticas de promoção e de efetivação de direitos em todo o mundo. As

incontáveis denúncias de violações cotidianas dos direitos humanos são indicadoras da persistência da injustiça, da desigualdade social, da discriminação e do desprezo diante de leis, pessoas, individual ou coletivamente, e instituições.

Em 1993, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos destacou a necessidade da construção política e pedagógica desses direitos, modelando o futuro pela sua implementação e universalização concreta. O combate ao trabalho escravo, ao predomínio das monoculturas agrícolas, a especulação imobiliária e a preservação da paz, do meio ambiente, da diversidade étnica e cultural e a distribuição de renda são alguns dos itens que compõem a pauta de desafios para a efetivação dos direitos humanos.

As universidades, os profissionais da educação, da mídia e da cultura são atores para o ensino dos direitos humanos e dos valores de solidariedade que promovam a dignidade da pessoa humana. De acordo com Norberto Bobbio, trata-se de reduzir a distância entre os direitos reconhecidos pelos Estados e os direitos reivindicados pela sociedade.

SEÇÃO 4
O FIM DO *APARTHEID* NA ÁFRICA DO SUL

Em 1948, a vitória do Partido Nacional, na África do Sul, levou ao poder de Estado os descendentes dos primeiros colonizadores holandeses, os bôeres. Ao longo dos anos 50, os governos bôeres não apenas adotaram ampla legislação de segregação dos negros africanos no trabalho, na moradia, nos serviços públicos e na política, como buscaram o distanciamento da tutela britânica, exercida no seio da comunidade de países de língua inglesa, a Commonwealth, à qual a União Sul-Africana estava vinculada desde 1910.

A realização de um plebiscito para a formação da República da África do Sul foi finalmente alcançada, em 1960. Na prática pouca coisa mudaria, sendo substituída S. Majestade Britânica por um presidente eleito pelo voto dos brancos. O Congresso Nacional Africano e o Congresso Pan-Africano, os dois partidos que reivindicavam direitos e

defendiam os interesses dos negros africanos e faziam oposição acirrada ao *apartheid*, foram considerados ilegais e proscritos, agravando os atritos sociais. Em Shaperville, a polícia dispersaria violentamente uma manifestação de negros que protestavam contra o uso de cartões de controle de trânsito e de deslocamento interno. Houve 69 mortes, muitos feridos, novos protestos, manchetes na imprensa internacional e a condenação na ONU, apesar da abstenção da França e da Inglaterra.

A política de desenvolvimento dos grupos étnicos, separados territorialmente, fora adotada em 1959. Foram criados os Bantustões, áreas para as quais foram deslocadas e confinadas as populações negras. Dotados de fronteiras e autoridades locais, os Bantustões não dispunham de autonomia financeira, econômica, jurídica ou política e seus habitantes eram empregados nas indústrias, minas e empresas sul-africanas em territórios vizinhos ou próximos. O controle de entrada e saída nos Bantustões era realizado pela obrigatoriedade de passaportes internos. O governo sul-africano promovia a divisão e o isolamento dos diferentes grupos nativos, que tinham dificultadas as suas reivindicações por direitos e melhorias nas condições de vida e de trabalho, perpetuando a supremacia social e econômica da população branca.

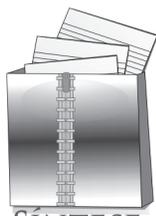
Na cidade de Soweto, um novo massacre de africanos seria promovido pela repressão governamental do *apartheid*, em 1976. O protesto de estudantes contra o fim do ensino de idiomas africanos e a obrigatoriedade do "africâner", um misto de holandês e inglês com as línguas nativas, foi reprimido pela polícia que, desta vez, matou mais de 200 pessoas, entre elas várias crianças. Ao longo dos anos 1970, o Partido Nacional conheceu cisões internas e houve partidários do abrandamento da legislação e das práticas repressivas pelo *apartheid*. Na avaliação de muitos de seus dirigentes, a crise que o país viveu na década de 1980, quando cerca de cinco milhões de brancos ditavam as regras e detinham a riqueza nacional, em detrimento de 25 milhões de negros e 1,5 milhões de indianos e mestiços, encontrava ali as suas causas.

Naquela década a crise econômica alcançou a mais industrializada economia africana e fez sangrar as feridas da segregação imposta aos negros pela repressão, a discriminação e o isolamento territorial. A independência das colônias portuguesas, obtida em 1975, também representou um golpe no regime *apartheid*. Angola e Moçambique

passaram a abrigar líderes oposicionistas negros e a amparar política e materialmente o Congresso Nacional Africano (ANC). O líder desta agremiação era o advogado Nelson Mandela, que permanecia encarcerado desde a década de 1960. A crise econômica e as atividades oposicionistas aguçaram o medo e a repressão política na África do Sul, gerando conflitos internos e novas condenações no seio da comunidade internacional ao governo sul-africano.

A ação de bancos norte-americanos que buscavam assegurar o retorno de seus investimentos contribuiu para o isolamento internacional do regime sul-africano. Em 1984, o bispo anglicano Desmond Tutu recebeu o prêmio Nobel da Paz por sua crítica ao sistema *apartheid*. As insatisfações de segmentos empresariais da indústria, comércio e mineração, com predomínio de capital britânico e norte-americano, diante da queda dos lucros, riscos patrimoniais e de estagnação econômica, completavam o coro de críticos e defensores de reformas favoráveis à população negra, sobretudo os direitos políticos e as liberdades civis.

O regime racista dos bôeres agonizava, mas não cedia, apesar do isolamento crescente, das pressões internacionais e dos protestos e conflitos internos. A libertação de Nelson Mandela tornou-se uma bandeira mundial e a realização de eleições gerais foi apontada como caminho para sair da crise e evitar novos confrontos com violência e mortes. Seu nome ganhou notoriedade mundial e sua luta contra a discriminação e a opressão na África do Sul foi alardeada pela mídia, organizações e líderes políticos.

Mandela deixaria a prisão somente em fevereiro de 1990, aos 72 anos de idade. No ano seguinte assumiu a presidência de seu partido o ANC. Em 1993, o prêmio Nobel da Paz foi novamente concedido aos sul-africanos, pela segundo vez em menos de uma década. Foram eles o líder da oposição, Mandela, e o presidente branco da África do Sul, Frederik de Klerk, que aceitou o futuro desmantelamento jurídico e político do *apartheid*. Entre 1994 e 1999, Mandela governou a África do Sul. Foi o primeiro presidente negro daquele país. Retirado espontaneamente da vida política, assumiu campanhas humanitárias e tornou-se um símbolo do novo século. Um homem de convicções firmes, determinado, sereno e aberto ao diálogo. Um artífice na conciliação de diferenças étnicas, políticas e sociais e de interesses econômicos conflitantes.

As décadas de 1970 e 1980 encerram o breve século XX, crispado de conflitos armados, golpes de Estado, morticínio de populações civis, bomba atômica, aumento da produtividade econômica, inovações científicas e tecnológicas nunca vistas e um saldo negativo nas perspectivas de felicidade e de bem-estar humanos. O vazio de utopias políticas lança os direitos humanos e a cidadania no terreno da incerteza. Velhos e experientes líderes cumprem papéis de conciliação e avalizam com suas biografias o futuro. A única possibilidade de autodefesa que resta para a sociedade parece residir na conduta responsável dos indivíduos e no fortalecimento da sociedade civil diante das grandes questões da humanidade nos diferentes continentes. As tecnologias de informação e de comunicação poderão transformar-se em aliadas da democracia e das liberdades. Em 2011, as revoltas no mundo árabe renovaram crenças e esperanças no poder de manifestação e de direção da vida política pela própria sociedade. As atenções da comunidade internacional revelaram que os interesses econômicos são mais cautelosos ou arrogantes, conforme os riscos e as oportunidades de bons negócios, permanecendo indiferentes ao destino das populações afetadas, do meio ambiente, da justiça e da paz.

Filmes

- *Adeus, Lênin!* Direção de Wolfganger Becker, 118 minutos, 2003. Em Berlim, um rapaz tenta adquirir produtos da era soviética após a queda do muro e enfrenta dificuldades e ironias para obtê-los.
- *Corações e mentes.* Direção de Peter Davis, 112 minutos, 1974. Filme documentário sobre a participação norte-americana na guerra do Vietnã e que comoveu a opinião pública mundial.
- *São Paulo S/A.* Direção de Luis Sergio Person, 107 minutos, 1965. Os efeitos psicológicos e sociais da modernização econômica no Brasil a partir da trajetória de uma geração que chega ao mercado de trabalho regido pelas técnicas gerenciais das grandes empresas.

Fotografia

- SALGADO, Sebastião & COUTO, Mia. *África.* Taschen do Brasil, 2010.

Livros

- DEAN, Warren. *As multinacionais*: do mercantilismo ao capital internacional. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERRO, Marc. *A revolta da história*: a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Trad. F. Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. M. Lopes. *São Paulo*: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
- ZORGBIDE, Charles. **O pós-Guerra Fria no mundo**. Trad. M. C. S. L. Gonçalves. Campinas: Papirus, 1996.

Revistas

- Estudos avançados. *Dossiê Direitos Humanos*. São Paulo: IEA/USP, 11(30), 1997.
- Revista USP. *Dossiê Direitos Humanos no limiar do século XXI*. São Paulo: CCS/USP, 37, 1998.

1. Leia o livro Walden, de Henry David Thoreau (1817-1862), disponível em inúmeras edições e traduções no Brasil. Faça um exercício de observação e de comparação sobre as dimensões utópicas para a organização social, as relações com a natureza e a atividades econômicas, ali presentes, com as questões estudadas na Unidade IV.

2. Examine a trajetória política dos líderes do período da Guerra Fria e que estiveram à frente de novas situações políticas e diplomáticas após 1989. Em seguida faça uma pesquisa sobre a situação dos direitos humanos em seus países na atualidade.

a. Dalai Lama – Tibete
b. Fidel Castro – Cuba
c. Giogio Napolitano – Itália
d. Iasser Arafat – Palestina
e. Xanana Gusmão – Timor Leste

PALAVRAS FINAIS

Caro estudante, vimos neste volume alguns aspectos do século XX. Como dissemos anteriormente, não é possível relatar tudo o que aconteceu, mas pode-se compreender as principais linhas de acontecimentos históricos do período. Elas são marcadas por ideologias, revoluções e guerras, além de um intenso desenvolvimento tecnológico.

O século XX abriu enormes perspectivas de desenvolvimento social, mas também trouxe preocupações com relação ao futuro do próprio planeta. Se havia esperança nas ideologias de esquerda ou direita, elas se desfizeram no último quarto do século passado. Os embates ideológicos se arrefeceram, pois o mundo modificou completamente a sua perspectiva com relação à política. Por isso é importante a compreensão desse fenônemo e foi exatamente esta a preocupação da presente apostila.

Assim, como resumo deste conturbado período da história, podemos afirmar que a ciência passou a primeiro plano no cenário mundial. É nos discursos pseudocientíficos acerca de raça que podemos localizar o avanço do conhecimento sobre todas as áreas, inclusive na política, já que as questões ligadas à genética e à melhoria da raça humana dominam a cena atual.

Portanto, não se pode considerar o século XX de forma fragmentada, mas que este deve ser pensado como uma unidade, seja breve (1914-1991), seja como continuidade da segunda revolução industrial (1870-1960). De toda forma, a década de 1990 é um marco inescapável para compreender o mundo atual, pois a terceira revolução tecnológica, a da informática, tomou impulso decisivo com a globalização e nos apresenta um horizonte que ainda teremos de fazer o balanço.

Até breve,

Os autores.

REFERÊNCIAS

ARBEX Júnior, José. *Guerra Fria*: terror de Estado, política e cultura. 3.ed.. São Paulo: Moderna, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ARON, Raymond. *O espectador engajado*. Trad. C. Marques. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ASH, Timothy Garton. *Nós, o povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONALUME Neto, Ricardo. *George Orwell*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRENER, Jaime. *Leste europeu*: a revolução democrática. 4.ed.. São Paulo: Atual, 1990.

BURGUIÉRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Trad. H. A. Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Perspectiva, 1979 (Col. Khronos, vol. 10).

DORIA, Francisco Antonio. *Marcuse:* vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*: a história da esquerda (1850-2000). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Trad. J. Angélica. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GABEIRA, Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução*: diálogo Gabeira/Cohn-Bendit. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GOMBRICH, E. H. *Histoire de l'Art.* Paris : Gallimard, 1996.

GORENDER, Jacob. *Marcino e Liberatore*: diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo. São Paulo: Ática, 1992.

HERSEY, John. *Hiroshima*. Trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_______. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_______. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INSTITUTO Interamericano de Direitos Humanos. *Direitos Humanos*: um debate necessário. São Paulo: Brasiliense, 1988.

INSTITUTO Interamericano de Direitos Humanos. *Direitos Humanos*: um debate necessário. São Paulo: Brasiliense, 1989, vol. 2.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Sessenta anos: sonhos e realidades. São Paulo: Edusp, 2008.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1998.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Trad. G Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES, Adhemar & BERUTTI, Flávio & FARIA, Ricardo. *História Contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1990.

RÉMOND, René. *O século XX:* de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 2001

SACHS, Ignacy. *A terceira margem*: em busca do ecodesenvolvimento. Trad. R. F. D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAID, Edward W.. *Cultura e imperialismo*. Trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPSON, Anthony. *O negro e o ouro*: magnatas, revolucionários e o apartheid. Trad. J. Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SUBIRATS, Eduardo. *Las crisis de lãs vanguardias* y *La cultura moderna*. Madrid: Ediciones Libertarias, 1986.

THOMPSON, Edward *et alli*. *Exterminismo e Guerra Fria*. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WESSELING, Henk. "História de além-mar", In *A escrita da história*: novas perspectivas, Trad. M. Lopes. São Paulo: Unesp, 1992 (Organização de Peter Burke).

ZORGBIDE, Charles. *O pós-Guerra Fria no mundo*. Trad. M. C. S. L. Gonçalves. Campinas: Papirus, 1996.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

André Luiz Joanilho

Sou Doutor em História Social pela UNESP/SP e professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Fiz pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Sou autor, entre outros, de Revoltas e Rebeliões (São Paulo: Contexto, 1989); História e Prática (Campinas: Mercado das Letras, 1997); *O Nascimento de uma nação* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004) e também co-autor da coleção *Hoje é dia de história* (Curitiba: Positivo, 2007). Atualmente sou professor associado da Universidade Estadual de Londrina.

Paulo Henrique Martinez

É professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Fez os cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História, na Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado no Museu Paulista/USP e Livre-Docência na UNESP. É autor de *A dinâmica de um pensamento crítico*: Caio Prado Júnior (EDUSP, 2008) e de *História Ambiental no Brasil*: pesquisa e ensino (Cortez, 2006). Organizou a coletânea *História Ambiental Paulista* (SENAC SP, 2007). Dedica algum tempo a leituras, gosta de museus, escreve pouco, fala demais.